

**Regulamento Interno de Prevenção e Controlo
do Consumo de Álcool, Drogas e Tabaco**

I

Exposição de motivos

O flagelo do consumo abusivo de álcool e drogas, que também afecta alguns trabalhadores da Empresa, traduz-se na intoxicação como efeito imediato e agudo e, a longo prazo, tem consequências que, pela sua gravidade, não podem ser ignoradas.

Esses efeitos, designadamente, afectam:

- várias funções fisiológicas, nomeadamente hepáticas, digestivas e cardiovasculares;
- as aptidões sensório-motoras com reflexos no tempo de reacção, motricidade, visão, execução de tarefas de vigilância e outras;
- as funções cognitivas a nível de apreensão, decisão, aprendizagem e outras de natureza intelectual;
- a esfera emocional.

A degradação dessas capacidades implica a redução da qualidade do desempenho profissional e traz consequências negativas tanto para o próprio trabalhador, como para os seus colegas e para a Empresa, podendo, em geral, definir-se nos seguintes termos:

a) Consequências para o trabalhador:

Manifesta alterações físicas, de carácter e de comportamento, nomeadamente através de ausência, náuseas, tremor das mãos, tendência para o isolamento, etc..

Progressivamente os problemas físicos e psíquicos agravam-se, caracterizando-se por comportamentos agressivos, nervosismo, irritabilidade. A capacidade de raciocínio e de decisão fica alterada. Intensifica a falta de pontualidade e assiduidade. Ocorrem acidentes que podem provocar ferimentos, incapacidades ou mortes. O trabalhador perde progressivamente auto-estima, alheia-se do ambiente laboral, diminui o zelo e diligência, reduz a produtividade.

b) Consequências para os colegas de trabalho:

Sendo o trabalho de equipa próprio da actividade da Empresa e quase sempre indispensável, qualquer falha de um dos membros afecta o funcionamento do grupo e tem consequências no esforço e na produtividade geral.

O acréscimo de trabalho para os colegas que têm que suprir as deficiências do trabalhador afectado, a princípio tolerado, cedo se traduz numa sobrecarga dificilmente suportável, conduzindo a reclamações, conflitos pessoais, perda de tempo, deficiências de execução das tarefas, agravamento dos riscos de acidente de trabalho, diminuição da produtividade.

Nalguns casos, pode até o trabalhador adicto ao consumo de álcool ou drogas, induzir outros a segui-lo.

c) Consequências para a Empresa:

A doença, o absentismo, os conflitos e desentendimentos no ambiente de trabalho, os erros de decisão no exercício das tarefas laborais, os acidentes laborais e, em geral, todos os comportamentos conexos com o consumo de álcool e drogas, acarretam na prática, para a Empresa, consequências muito negativas, tais como: aumento dos encargos médicos e do prémio dos seguros, absentismo, designadamente por doença, redução da produção, danos materiais, pagamento de indemnizações, deterioração da imagem dos trabalhadores e da Empresa. Os trabalhadores adictos àqueles consumos, pela sua instabilidade, impõem frequentemente a sua substituição temporária ou definitiva, o que, para além dos encargos directos daí decorrentes, se traduz numa perda de conhecimentos profissionais e experiência, cuja aquisição teve relevantes custos para a Empresa.

Em plano de interesses e de condutas de natureza e alcance diversos, apresenta-se a questão da prevenção e controlo do consumo de tabaco, visando prioritariamente a protecção da exposição involuntária ao fumo do tabaco, mas incluindo também a chamada de atenção para os malefícios do tabagismo para os fumadores e os ganhos para a saúde que justificam o abandono daquele consumo.

II

Fundamentação de facto

As razões acima apontadas, pela sua gravidade e consequências, impõem à Empresa, enquanto entidade empregadora, a adopção de medidas necessárias e adequadas, visando assegurar e controlar a higiene, saúde e segurança nos locais de trabalho, bem como o bem estar geral e a organização disciplinada dos seus meios de produção. De resto, a preocupação e a actuação neste sentido constituem deveres indeclináveis que impendem sobre a Empresa: dever de boa gestão, dever de respeito e protecção dos direitos e interesses legítimos de todos os seus trabalhadores, por forma a que os serviços que presta aos seus clientes mereçam cada vez maior aceitação e procura. Preocupações, aliás, que se inserem num vasto leque de convenções internacionais, directivas, recomendações, diplomas legais e tomadas de posição dos Estados e dos parceiros sociais.

Numa Empresa de transporte aéreo de passageiros, carga e correio, envolvendo actividades relacionadas com esse transporte e essenciais para a respectiva segurança, como a manutenção de aeronaves, com vários milhares de trabalhadores ao seu serviço, reveste particular acuidade a segurança de pessoas e bens, sejam elas clientes ou trabalhadores. Importa assim assegurar que todos os trabalhadores ao serviço da Empresa se encontrem no pleno uso das suas capacidades, por forma a garantir a produtividade e a minorar o risco de acidentes de trabalho, como é, aliás, seu dever legal e contratual.

Tem-se presente que os trabalhadores consumidores de álcool em excesso, de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, devem ser encarados como que necessitados e merecedores de assistência médica, tudo devendo ser feito para os tratar.

A Empresa não descarta este aspecto, designadamente no âmbito da medicina do trabalho, promovendo o seu acompanhamento e encaminhamento, quando necessário, para organismos vocacionados para o seu tratamento e recuperação.

A hierarquia e os órgãos encarregados da gestão e administração de pessoal colaborarão no acompanhamento e recuperação dos trabalhadores afectados pelo consumo de álcool e toxicodependência, seguindo as prescrições da medicina no trabalho e propondo, quando necessário, medidas adequadas necessárias para o efeito.

Por outro lado, na linha de acção iniciada em 2002, a Empresa compromete-se activamente na prevenção e na ajuda à superação da dependência do consumo de tabaco, protegendo os interesses dos não fumadores e a salubridade do ambiente de trabalho.

III

Fundamentação legal

A possibilidade de introdução por parte das entidades empregadoras de sistemas de controlo dos referidos consumos, decorre, designadamente, dos seguintes preceitos legais:

Artº. 150º do Código do Trabalho, que estabelece que dentro dos limites decorrentes do contrato e das normas que o regem, compete ao empregador fixar os termos em que deve ser prestado o trabalho.

Artº. 121º n.º 1 al. d) do mesmo diploma, que estipula que o trabalhador deve obedecer à entidade patronal em tudo o que respeite à execução e disciplina do trabalho, salvo na medida em que as ordens e instruções se mostrem contrárias aos seus direitos e garantias.

Artº. 290º n.º 1, ainda do mesmo diploma, que estabelece que não dá direito a reparação (leia-se, indemnização) o acidente:

- a) que for dolosamente provocado pelo sinistrado ou provier de acto seu ou omissão, que importe violação, sem causa justificativa, das condições de segurança estabelecidas pela entidade empregadora ou previstas na lei;
- b) que resultar da privação permanente ou accidental do uso da razão do sinistrado, nos termos da lei civil, salvo se:
 - tal privação derivar da própria prestação do trabalho,
 - for independente da vontade do sinistrado
 - ou se a entidade empregadora ou o seu representante, conhecendo o estado do sinistrado, consentir na prestação.

O artº. 274º n.º 1, também do Código do Trabalho, obriga o trabalhador a:

- cumprir as prescrições de segurança, higiene e saúde no trabalho estabelecidas nas disposições legais e em instrumentos de regulamentação colectiva do trabalho, bem como as instruções determinadas com esse fim pelo empregador;
- zelar pela sua segurança e saúde, bem como pela segurança e saúde das outras pessoas que possam ser afectadas pelas suas acções ou omissões no trabalho;
- cooperar, na empresa, estabelecimento ou serviço, para a melhoria do sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho.

O artº 235.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, impõe ao empregador o dever de promover a realização de exames de saúde, tendo em vista verificar a aptidão física e psíquica do trabalhador para o exercício da actividade.

Por fim, o artº 396º n.º 3 alíneas a) e h) do Código do Trabalho, fixa que a desobediência ilegítima às ordens dadas por responsáveis hierarquicamente superiores e a falta culposa da observância de normas de higiene e segurança no trabalho, tornam imediata e praticamente impossível a subsistência da relação de trabalho, constituindo, por isso, justa causa de despedimento.

Em relação à prevenção e controlo do tabagismo, a Lei n.º 37/2007, de 14 de Agosto, estabelece os princípios e normas gerais sobre a matéria, cabendo à Empresa determinar a respectiva concretização e execução nos locais de trabalho.

Perante tudo o exposto, ouvidos a Comissão de Trabalhadores e os Sindicatos representativos dos trabalhadores, a Empresa, no uso do poder regulamentar que lhe é próprio, estabelece o seguinte

Regulamento Interno de Prevenção e Controlo do Consumo de Álcool, Drogas e Tabaco

1. Objecto

- 1.1. O presente Regulamento fixa os termos a que deve obedecer a prevenção e controlo do consumo de bebidas alcoólicas, de substâncias estupefacientes e psicotrópicas e de tabaco na Empresa, tem como finalidade prioritária a prevenção contra o risco de acidentes de trabalho através da diminuição do consumo de bebidas

alcoólicas e da erradicação das situações de trabalho sob os efeitos do consumo daquele tipo de substâncias e, conseqüentemente, a melhoria da saúde dos trabalhadores e dos níveis de segurança no trabalho e da prestação de serviços de transporte de passageiros, carga e correio e de manutenção de aeronaves.

1.2. Para esse efeito, o presente Regulamento define:

- a) Os procedimentos a adoptar nos exames de admissão à Empresa, estipulados no Anexo I.
- b) Os procedimentos a adoptar pela hierarquia e pelos serviços de saúde, higiene e segurança no trabalho para a identificação, acompanhamento e tratamento de doentes alcoólicos e toxicodependentes.
- c) Os meios a utilizar na detecção e controlo do alcoolismo e da toxicodependência, bem como a aplicação e a localização desses meios.
- d) As regras a que ficam sujeitas a venda e o consumo de bebidas alcoólicas e de tabaco nas instalações da Empresa.
- e) A responsabilidade pelas acções de informação e de formação dos trabalhadores nos domínios da prevenção e do controlo do alcoolismo e do consumo de estupefacientes e psicotrópicos e do consumo de tabaco.

1.3. O presente Regulamento não revoga nem substitui a regulamentação específica aplicável a profissões ou a grupos profissionais definidos ou em áreas de actividade identificadas, sujeitos a regras, limitações ou condicionamentos especiais, quando mais exigentes do que os agora estabelecidos.

2. Detecção e acompanhamento de doentes alcoólicos ou toxicodependentes

2.1 Os exames médicos prévios à admissão na Empresa incluirão o despiste da dependência do candidato relativamente a consumos de álcool estupefacientes e psicotrópicos, tendo em consideração as exigências das funções a desempenhar.

2.2 Na vigência da relação laboral, os casos de doença alcoólica, essencialmente caracterizados pela situação de dependência do álcool, ou de toxicodependência, estão sujeitos a detecção e acompanhamento.

2.3 A detecção dos presumíveis doentes alcoólicos ou toxicodependentes compete fundamentalmente aos serviços de medicina, saúde, higiene e segurança no trabalho.

- 2.4 Os serviços de medicina do trabalho aconselharão os doentes alcoólicos e toxicodependentes e os trabalhadores dependentes de consumo de tabaco e encaminhá-los-ão, sempre que possível, para os organismos médicos vocacionados para o seu tratamento e recuperação, estabelecendo os necessários contactos com estes organismos.
- 2.5 A hierarquia e os órgãos encarregados da gestão de pessoal colaborarão no acompanhamento e recuperação dos doentes alcoólicos e toxicodependentes, seguindo as prescrições dos serviços de medicina do trabalho e propondo, quando necessário, medidas adequadas para o efeito.

3. Controlo técnico de alcoolemia e da toxicologia

- 3.1 Os candidatos à admissão na Empresa e todos os trabalhadores da mesma, estes por dever de obediência, estão sujeitos ao controlo do consumo de álcool e de estupefacientes e psicotrópicos.
- 3.2 A alcoolemia é determinada por análises laboratoriais de sangue e, também, por testes de sopro, que indicam a percentagem de álcool no sangue e sendo expressa designadamente em gramas/litro.
- 3.3 O controlo da toxicologia é realizado através da análises laboratoriais ao sangue e/ou urina.
- 3.4 Todos os trabalhadores poderão ser sujeitos a controlo nos termos deste Regulamento nas seguintes situações:
- a) indícios de consumo de álcool ou de estupefacientes ou psicotrópicos;
 - b) acidente de trabalho;
 - c) anterior controlo de alcoolemia ou toxicologia positivo;
 - d) acidente, quasi-acidente ou incidente de circulação;
 - e) sorteio.
- 3.5 A determinação de sujeição a controlo da alcoolemia ou da toxicologia deve respeitar sempre os requisitos de privacidade.
- 3.6 Deverão ser prioritariamente submetidos a controlo da alcoolemia e da toxicologia os trabalhadores de sectores cujos postos de trabalho tenham, directa ou indirectamente, maiores implicações na segurança da circulação e envolvam maiores riscos profissionais.
- 3.7 As análises laboratoriais de sangue e de urina são efectuados pelos serviços de medicina, saúde, higiene e segurança no trabalho e os testes de sopro e de urina por pessoal devidamente qualificado e credenciado por aqueles serviços.

3.8 Cabe à Empresa, directamente ou com a participação ou por intermédio de entidade contratada para o efeito, a definição dos equipamentos médicos e de controlo da alcoolemia ou toxicologia a utilizar, homologados nos termos da lei, os quais podem pertencer à Empresa ou a outras entidades, a formação do pessoal autorizado a utilizar esses equipamentos, bem como o apoio técnico a todas as acções que visem a prevenção e controlo do alcoolismo ou da toxicodependência.

3.9 Todos os intervenientes, em qualquer fase do processo, incluindo o sorteio, estão sujeitos a um especial dever de sigilo, sendo os resultados apurados rigorosamente confidenciais, salvo na parte e na justa medida em que relevem para o apuramento de eventual responsabilidade disciplinar.

4. Detecção da prestação de trabalho sob a influência do álcool ou da toxicologia

4.1 Compete à chefia directa ou à representação da hierarquia no local de trabalho providenciar no sentido do accionamento dos mecanismos de controlo previstos no presente Regulamento.

4.2 Todos os trabalhadores devem dar o seu apoio activo na prevenção e controlo da prestação de trabalho sob a influência do álcool ou de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas.

4.3 O controlo da alcoolemia ou toxicologia deverá ser sempre efectuado em condições adequadas de privacidade.

4.4 Quando em presença de indícios sérios de influência do álcool ou de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, apresentados por trabalhador em vias de iniciar, reiniciar ou já a prestar trabalho, não seja possível utilizar de imediato os equipamentos de controlo, compete à chefia directa ou ao representante da hierarquia no local de trabalho tomar as medidas adequadas para garantir a segurança do trabalhador ou de outras pessoas em situação de risco, bem como das instalações, equipamentos e outros bens de que a Empresa seja possuidora ou pelos quais seja responsável.

4.5 Após tomar as medidas que se mostrarem adequadas à situação concreta, a chefia directa ou o seu representante no local de trabalho diligenciarão no sentido de o trabalhador ser submetido a controlo da alcoolemia ou da toxicologia ou a observação clínica.

- 4.6 A inaptidão do trabalhador após o controlo da alcoolemia ou toxicologia, será comunicada ao trabalhador e à hierarquia directa ou o seu representante no local de trabalho, através de documento cujo modelo consta do Anexo II e com carácter de confidencialidade.

5. Procedimentos a adoptar nos casos de prestação de trabalho sob a influência do álcool ou de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas

- 5.1 Constitui violação dos deveres dos trabalhadores:
- a) A prestação de trabalho sob a influência do álcool ou de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas;
 - b) O consumo ou a posse, nos locais de trabalho, de bebidas alcoólicas, qualquer que seja a graduação, ou de quaisquer substâncias estupefacientes ou psicotrópicas ;
 - c) A transacção, a qualquer título, nos locais da Empresa, de bebidas alcoólicas (qualquer que seja a graduação) ou de quaisquer substâncias estupefacientes ou psicotrópicas.
- 5.2 A título indicativo e para efeito do autocontrolo do consumo de álcool, atender-se-á à equivalência entre a quantidade de bebidas alcoólicas e as correspondentes taxas de alcoolemia indicadas no Anexo III.
- 5.3 Sempre que o resultado do controlo de alcoolemia seja igual ou superior a 0,5 gramas/litro, o trabalhador será considerado sob a influência do álcool e declarado pela sua chefia directa inapto para o início ou a continuação da prestação de trabalho.
- 5.4 Sempre que no controlo da toxicologia seja detectada a presença de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas não permitidas por lei nem ministradas sob prescrição médica, susceptíveis de colocarem em causa a segurança dos trabalhadores ou de outras pessoas em situações de risco, bem como das instalações, equipamentos e outros bens, é aplicado, com as necessárias adaptações, o disposto no número anterior.
- 5.5 O trabalhador que recusar sujeitar-se ao controlo da alcoolemia ou toxicologia será declarado pela sua chefia directa inapto para o trabalho.
- 5.6 A declaração da inaptidão prevista nos números anteriores implica a impossibilidade de prestação de trabalho até ao termo do período de trabalho diário ou do serviço de voo, bem como a perda da retribuição correspondente.

- 5.7 A prestação de trabalho sob a influência de álcool ou de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, bem como a recusa à sujeição ao controlo de alcoolemia ou toxicologia, constituem infracções disciplinares, sujeitas ao procedimento correspondente.
- 5.8 Os resultados do controlo de alcoolemia ou toxicologia são confidenciais, sem prejuízo das exigências inerentes ao exercício do poder disciplinar da Empresa.
- 5.9 O disposto nos números anteriores não é aplicável aos trabalhadores que tenham sido previamente diagnosticados como doentes alcoólicos ou toxicodependentes e aceitem submeter-se ao tratamento adequado previsto neste Regulamento, salvo quando violem o programa de recuperação especificamente acordado com o trabalhador.
- 5.10 Para efeitos de tratamento adequado, poderá a TAP privilegiar o encaminhamento do trabalhador para a situação de incapacidade temporária por doença a cargo da Segurança Social, sem prejuízo do acompanhamento no âmbito da Empresa.
- 5.11 Sem prejuízo da faculdade que assiste ao trabalhador de recorrer a outros meios de contraprova legalmente admitidos, designadamente testes sanguíneos realizados nos laboratórios de entidades qualificadas e autorizadas para o efeito, todo o trabalhador submetido a controlo de alcoolemia ou toxicologia, por teste de sopro ou colheita de urina, respectivamente, cujo resultado seja positivo, poderá, se assim o entender, submeter-se a novo teste nos dez minutos imediatamente subsequentes.
- 5.12 O segundo teste, quando confirme o resultado do primeiro, será custeado pelo trabalhador.
- 5.13 A Empresa poderá determinar a suspensão do procedimento disciplinar instaurado com fundamento na prática de qualquer das infracções previstas neste Regulamento aos trabalhadores diagnosticados como dependentes do álcool ou toxicodependentes, que aceitem sujeitar-se à realização de tratamento adequado, bem como considerar essa realização como comportamento relevante no âmbito daquele procedimento.

6. Consumo e venda de álcool em instalações da Empresa

- 6.1 Não é permitida a venda de bebidas alcoólicas, qualquer que seja a graduação, nos locais da Empresa, nomeadamente nos respectivos refeitório e bares.

- 6.2. O disposto no número anterior não é aplicável nos locais da Empresa destinados ao serviço a passageiros e em relação a estes (*lounges* e aeronaves).
- 6.3 Sem prejuízo da proibição absoluta específica de certos grupos profissionais, é vedado aos trabalhadores ingerir bebidas alcoólicas antes, durante ou após o período de trabalho, nos locais onde a Empresa desenvolve a sua actividade.

7. Proibição de fumar

- 7.1 Não é permitida a venda de tabaco nos locais da Empresa, nomeadamente nos respectivos refeitório e bar.
- 7.2. O disposto no número anterior não é aplicável nos locais da Empresa destinados ao serviço a passageiros e em relação a estes (*lounges* e aeronaves).
- 7.3 É proibido fumar nas instalações da Empresa fora dos locais expressamente sinalizados para o efeito.

8. Formação e informação do pessoal

- 8.1 A Empresa, directamente ou por intermédio de entidade contratada para o efeito, promoverá acções de formação e informação do seu pessoal, tendo em vista a prevenção e a diminuição da incidência e das consequências de consumo do álcool, de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas ou de tabaco.
- 8.2. A execução destas acções cabe à TAP/Serviços, em estreita articulação com as entidades contratadas em matéria de controlo de alcoolemia ou toxicologia e de medicina do trabalho e em colaboração com a hierarquia, competindo-lhe, designadamente:
- a) coordenar acções de formação e informação sobre prevenção do alcoolismo, da toxicodependência e do consumo de tabaco.
 - b) coordenar as acções que, a diversos níveis, visem o controlo e eliminação dos efeitos do consumo de álcool, de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas e de tabaco.
 - c) propor medidas que considerar necessárias.
 - d) acompanhar e dinamizar a aplicação do presente Regulamento e propor a sua revisão.
 - e) elaborar anualmente um relatório da actividade desenvolvida e dos respectivos resultados.
- 8.3. Salvaguardado o princípio da confidencialidade e a privacidade dos trabalhadores envolvidos, o relatório mencionado na alínea e) do ponto 8.2., será enviado à C.T..

9. Disposições finais

9.1. O disposto no presente Regulamento e a respectiva aplicação têm que ser entendidos e serão pautados pelos princípios e normas consagradas na Lei de Protecção de Dados.

9.2. O presente Regulamento entra em vigor no dia 17 de Março de 2008.

Lisboa, 17 de Março de 2008

O Conselho de Administração

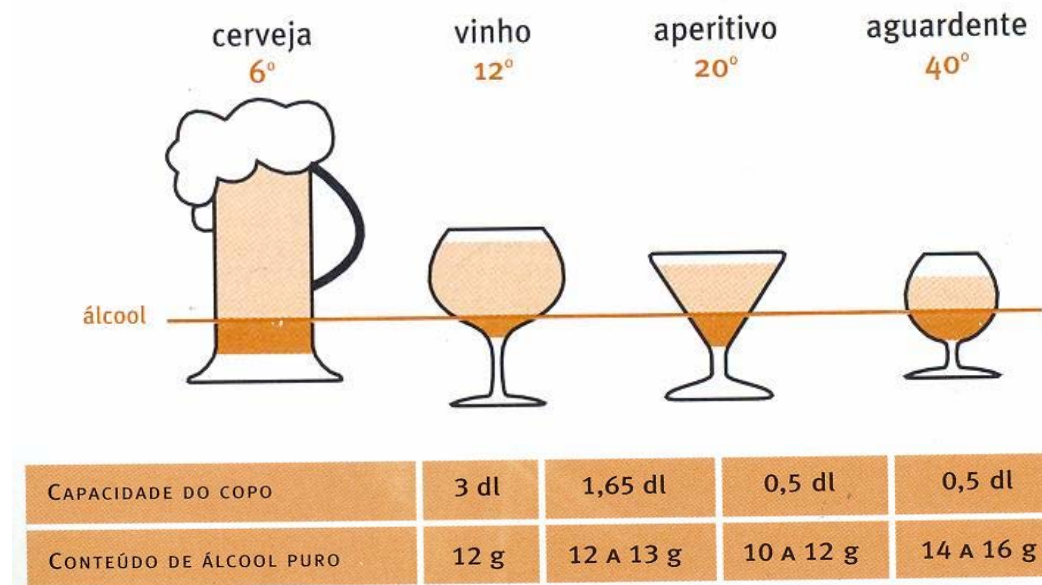
Procedimentos a adoptar nos exames de admissão

- A todos os candidatos, serão efectuados testes de despistagem do consumo de drogas;
- O conjunto de exames auxiliares de diagnóstico, análises e testes são os que a Medicina do Trabalho considerar necessários para a emissão de juízo sobre a aptidão do candidato para o desempenho das respectivas funções.
- Nos protocolos clínicos e analíticos em geral e/ou para cada profissão específica, serão identificados todos os exames, meios de diagnóstico, análises e testes necessários, a fim de permitir a devida informação prévia a todos os candidatos quando encaminhados para os serviços médicos;
- Os candidatos à admissão serão previamente informados sobre todos os exames, análises e testes a que vão ser sujeitos, obtendo-se o consentimento expresso dos mesmos;
- Se por parte do candidato existir recusa de sujeição aos exames determinados, a mesma deve ser registada formalmente e determinará a exclusão do candidato do processo de selecção;
- Os resultados dos actos médicos realizados poderão ser comunicados aos candidatos com as clarificações/esclarecimentos adequados;
- *A TAP será informada estritamente sobre a aptidão para o posto de trabalho a que se candidata, em impresso próprio designado por ficha médica de aptidão (Portaria nº 1031/2002, de 10 de Agosto). Neste documento não constará qualquer referência ao/s diagnóstico/s que determinaram o juízo da aptidão.*

ANEXO III

Equivalência entre a quantidade de bebidas alcoólicas e as correspondentes taxas de alcoolemia

As várias bebidas alcoólicas vulgarmente usadas, devido a terem diferentes graduações, podem fornecer ao organismo idênticas quantidades de álcool, se ingeridas em volumes diferentes, como se exemplifica na figura seguinte:



Nos indivíduos em jejum a absorção faz-se em 15-20 minutos, havendo factores que podem alterar a velocidade dessa absorção, como por exemplo: a concentração de álcool e a composição da bebida, o estado da mucosa gástrica e duodenal e a ingestão simultânea de alimentos.

A alcoolemia, taxa de álcool no sangue que traduz a impregnação alcoólica do indivíduo em determinado momento, é calculada tendo em conta o peso de álcool puro consumido (em gramas), o peso corporal (em Kg) e um coeficiente de correcção (homem - 0,7; mulher – 0,6; no curso das refeições – 1,1).